

O LEGADO DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E AS CONCEPÇÕES DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CONASP

Gabriela Ribeiro Cardoso

Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail*: <gabriela.cardoso@uffs.edu.br>.

O campo da segurança pública possui uma inserção tardia e em construção nas institucionalidades participativas, como conselhos e conferências nacionais, o que impõe muitos desafios. No que se refere à relação entre segurança pública e democracia de um modo mais amplo, vários pesquisadores argumentam que ocorreu no Brasil um paradoxo, um descompasso entre o processo de democratização e os avanços no campo da segurança pública. Em linhas gerais, discute-se que a ampliação dos direitos políticos, sociais não foi capaz de romper com a herança autoritária ditatorial das instituições policiais, o que culminou também no *status* político recente das políticas públicas. Aliás, outros pesquisadores destacam que, apesar das melhorias em alguns indicadores sociais, foi justamente nas duas décadas de democracia que os índices de criminalidade aumentaram.

Um marco deste processo da inserção da segurança pública nas institucionalidades participativas ocorreu em agosto de 2009 com a realização da primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Vinculada à proposta iniciada em 2007 pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), durante o segundo governo Lula, a conferência visou articular as políticas de segurança com ações sociais, priorizando assim a prevenção.

De modo mais específico sobre os significados da primeira Conseg, as análises produzidas destacam o papel da conferência no processo de formação do “domínio do campo da segurança pública”. A Conseg teria concentrado um debate antes disperso em diferentes arenas políticas, dando visibilidade para

atores com menor poder, e por ter contribuído para o reconhecimento de atores, organizações e para a notoriedade da própria Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Contudo, outros pesquisadores também alertam para o possível predomínio de interesses corporativos, especialmente das entidades trabalhistas, na aprovação das diretrizes. De qualquer modo, é muito difícil pensar o campo da segurança pública sem considerar a realização da primeira Conseg e as suas consequências.

O presente trabalho discute sobre o legado da primeira Conseg, considerando como locus de análise o Conselho Nacional de Segurança (Conasp). A relevância de se tratar do Conasp decorre de sua reestruturação ter ocorrido após a realização da conferência, com os(as) integrantes da Comissão Organizadora Nacional (CON), que tiveram o papel fundamental de organizar a primeira Conseg. Assim, embora o início do Conasp tenha sido em 1990, foi só após a primeira Conseg que ocorreu a inserção da sociedade civil. O período de 2009 a 2010 marca a consolidação do Conasp, pois em 2010 foi realizada a sua primeira eleição, na qual os(as) trabalhadores(as) e representantes da sociedade civil puderam participar. Esta reformulação é interessante na medida em que novos atores entraram em cena, consolidando uma sociedade civil com perfis diversificados.

Uma dimensão analítica que considero relevante contemplar consiste em compreender o Conasp não de modo insulado, isolado do histórico de outros conselhos e do próprio contexto político mais amplo. Tais elementos são cruciais, pois permeiam os próprios debates que

ocorrem nas reuniões do conselho. As mudanças de presidente, de ministro e de governos, geram reflexos que podem ser sentidos na dinâmica do conselho. Além disso, as experiências de outros conselhos são também trazidas pelos conselheiros(as) em seus posicionamentos e na definição de suas estratégias.

No debate contemporâneo sobre participação, assume destaque a sua conexão com as discussões sobre representação política, no qual a relação entre participação e representação é vista como um *continuum*. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar como as concepções de representação política são compreendidas e mobilizadas pelos(as) conselheiros(as) da sociedade civil, trabalhadores(as) e gestores(as) no Conasp.

Para tanto, na segunda seção o debate sobre representação política é aprofundado, retomando as proposições clássicas de Hanna Pitkin, mas sem perder de vista as contribuições contemporâneas. A terceira seção traça reflexões acerca do legado da primeira Conseg, problematizando-o principalmente a partir das entrevistas realizadas com os(as) conselheiros(as). Na sequência, uma breve retrospectiva histórica do Conasp é levantada, juntamente com a apresentação das entidades que integram o conselho. A representação da sociedade civil é abordada com mais detalhes para propiciar melhor compreensão.

A quarta seção apresenta aspectos mais gerais sobre o Conasp de 2010 e 2011 em perspectiva comparada, bem como características relevantes sobre os(as) próprios(as) conselheiros(as). Assim sendo, destaca-se o perfil socioeconômico dos(as) conselheiros(as) (sexo, cor, renda, idade), a avaliação da composição (número de conselheiros(as) por setor, forma de escolha das entidades, divisão das cadeiras), a avaliação da estrutura do conselho (secretaria executiva, regimento interno, presidência, plenária, grupos de trabalho, câmaras técnicas) e as principais dificuldades relatadas pelos(as) conselheiros(as). O Índice de Avaliação da Estrutura Administrativa (IEA) foi elaborado com o intuito de viabilizar cruzamentos de acordo com os segmentos.

A quinta seção mostra a representação política de modo mais específico, pois contempla as diferentes concepções da representação, tais como: relação dos conselheiros(as) com a base; o que ou quem representa

prioritariamente (bem comum, uma causa ou tema específico, setor ou segmento, a própria organização); os mecanismos pelos quais os(as) conselheiros(as) sentem-se autorizados para representar a entidade (pertencimento e vivência em relação ao setor, eleições, capacidade de argumentação e de influenciar decisões, qualificação profissional, identificação com o tema). Para o aprofundamento das reflexões sobre a representação, dois outros índices foram construídos: o Índice de Vínculo com a Base (IVB) e o Índice de Influência da Atuação do Conselho (IAC). Assim, as reflexões sobre as concepções de representação política estão aliadas com uma visão mais ampla acerca do próprio conselho.

SUMÁRIO EXECUTIVO